

DECLARAÇÃO À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA DA UEMA

Há momentos em que uma eleição ultrapassa a escolha entre nomes e se transforma em uma decisão sobre o futuro de uma instituição. Acredito que estamos vivendo um desses momentos na Universidade Estadual do Maranhão.

O que verdadeiramente deveria estar em disputa são ideias, propostas, trajetórias e diferentes modelos de Universidade e de gestão. Infelizmente, parte desse debate tem sido deslocada para ataques pessoais, insinuações e tentativas de desqualificação. A UEMA não merece permanecer nesse lugar.

Faço, por isso, um chamado às forças democráticas da nossa Universidade, aos estudantes, professores, servidores técnico-administrativos, colaboradores, entidades representativas e a todos aqueles que acreditam na educação pública. Precisamos realizar o debate que nossa instituição merece.

Democracia não é apenas votar. É poder pensar, discordar, manifestar apoio, criticar quem exerce o poder e fazer escolhas sem medo de consequências. É pluralidade, contraditório, transparência, igualdade de condições, participação e respeito às diferenças.

Uma Universidade não pode ser construída em torno de hostilidades, dissimulações, ataques anônimos ou explícitos, tampouco de ações orquestradas para atingir reputações e trajetórias. Quando a disputa política tenta alcançar a honra e a dignidade humana, algumas perguntas precisam ser feitas. Quem assume a responsabilidade por isso? Em nome de quem falam? A que projeto de Universidade serve esse comportamento?

Essas agressões à democracia não se limitam às palavras. Em diferentes campi da UEMA, nossos adesivos e materiais de campanha vêm sendo sistematicamente retirados dos espaços em que foram colocados. Quando isso acontece de maneira reiterada em diferentes unidades, deixa de ser um episódio isolado e passa a revelar um padrão de intolerância com a presença de uma candidatura e com o direito da comunidade de conhecer todas as propostas em disputa.

Retirar um material de campanha não atinge apenas uma chapa. Atinge a igualdade de condições da eleição, restringe a circulação de ideias e tenta reduzir a possibilidade de estudantes, professores e servidores conhecerem livremente as alternativas apresentadas. Democracia universitária também significa assegurar que todas as candidaturas possam apresentar suas propostas e que a comunidade tenha acesso a elas sem interferências, constrangimentos ou censura.

Mais grave é quando esse ambiente produz medo. Nenhum estudante deveria recear perder bolsa ou auxílio por se manifestar ou fazer uma escolha política. Nenhum servidor deveria acreditar que sua função, gratificação ou espaço profissional depende de submissão política. Nenhum professor deveria sentir necessidade de silenciar diante daquilo que considera errado para preservar posições ou relações institucionais. Direitos, benefícios e funções públicas não podem servir, nem sequer ser percebidos, como instrumentos de controle eleitoral. Como chegamos a esse ponto?

É também por rejeitar qualquer clima de vigilância, constrangimento ou intimidação que levanto minha voz e defendo, mais do que nunca, a alternância de poder. A Universidade pública não tem donos. Nenhum grupo pode se considerar proprietário de suas estruturas, de seus cargos, de suas decisões ou de seu futuro.

Alternância não significa negar realizações anteriores nem desrespeitar quem ajudou a construir a UEMA. Significa reconhecer que a democracia também pressupõe renovação. O atual reitor exerceu a Vice-Reitoria durante oito anos e, ao final do atual mandato, terá permanecido durante doze anos consecutivos nos dois principais cargos da

Universidade. É legítimo que a comunidade universitária pergunte se não chegou o momento de iniciar um novo ciclo.

Por outro lado, haverá também quem pergunte como alguém que participou durante tantos anos de diferentes gestões pode representar o “novo”. Minha resposta é simples. O novo não significa ausência de história. Pode nascer justamente da experiência, da reflexão crítica e da coragem de reconhecer aquilo que precisa mudar.

Há 34 anos minha vida se confunde com a UEMA. Entrei aos 18 anos como estudante e servidor técnico-administrativo concursado. Fui professor substituto e depois professor efetivo. Ao longo dessa trajetória, exerci responsabilidades de gestão e participei de equipes nos diferentes reitorados. Isso nunca significou concordância irrestrita com todas as decisões, nem me conferia poder individual para modificar regras ou decisões dependentes do reitor, dos conselhos, da legislação ou do Governo.

Não reivindico para mim resultados que pertencem coletivamente à Universidade. Mas também não aceitarei que circunstâncias eleitorais sejam utilizadas para apagar legados que construí ao lado de muitas pessoas. Minha atuação no planejamento institucional, na modernização e no aparelhamento da infraestrutura da UEMA, assim como na criação e no desenvolvimento do UemaNet e da Agência Marandu, estão registradas na história da Universidade. Uma resolução formaliza uma decisão institucional, mas não apaga quem concebeu, estruturou, coordenou ou apresentou aquilo que lhe deu origem. A memória da UEMA deve ser tratada com respeito aos fatos, e não segundo conveniências ou subserviências políticas.

Mas não quero aprisionar esta manifestação aos ataques desferidos nem ao passado. A pergunta essencial é outra. Que Universidade cada candidatura pretende construir a partir de 2027?

Nossa resposta começa pela descentralização do poder. O plano i.NOVA UEMA propõe transformar os campi em verdadeiras unidades de gestão, com participação colegiada, competências administrativas, planejamento e orçamento vinculados, além de recursos distribuídos por critérios públicos e transparentes. Hoje, a excessiva dependência da Reitoria limita a autonomia dos gestores e aprofunda as desigualdades entre centros, campi e regiões.

Para nós, descentralização orçamentária e financeira não é apenas uma mudança administrativa. É condição para que a multicampia faça sentido. Não basta estar presente em muitos municípios. Cada campus precisa dispor de professores, servidores, infraestrutura, capacidade de decisão e condições para compreender seu território e contribuir efetivamente para seu desenvolvimento.

A UEMA também precisa estar muito mais aberta à sociedade. Queremos uma Universidade capaz de conectar ensino, ciência, inovação, cultura e extensão aos grandes desafios do Maranhão. Uma Universidade autônoma deve dialogar, formular soluções, contribuir para as políticas públicas e preservar sua independência intelectual.

A valorização das pessoas é inadiável. Não podemos continuar atendendo necessidades permanentes com professores substitutos e colaboradores mantidos durante anos por bolsas sem a devida valorização. Precisamos também enfrentar a recuperação salarial dos docentes, cujas perdas inflacionárias acumuladas chegaram à ordem de 50%. Não se pode exigir elevada qualificação, pesquisa, produção acadêmica e dedicação enquanto se naturaliza a perda continuada do poder de compra de quem sustenta a Universidade.

Da mesma forma, todos os estudantes devem voltar a ter representação organizada e precisam ser efetivamente tratados como estudantes da UEMA. Alunos vinculados ao UemaNet, Ensinar, Profitec ou Proetnos não podem ter direitos inferiores

aos dos chamados cursos regulares. Bolsas, auxílios, assistência, representação e políticas de permanência precisam alcançar progressivamente todos em condições equivalentes.

Também precisamos deixar de tratar condições básicas de vida universitária como concessões a serem negociadas a cada gestão como se fossem favores. Laboratórios adequados, restaurante universitário, espaços de apoio à parentalidade, instalações esportivas, ambientes para o movimento estudantil organizado, convivência, arte e cultura devem ser componentes obrigatórios de uma Universidade pública de qualidade.

É importante falar também do ProPPL, uma política legítima e necessária de inclusão de pessoas privadas de liberdade. Exatamente por isso, seus números precisam ser transparentes. Se seus custos por curso ou por estudante estão acima daqueles de outras ofertas da UEMA, por quê? Que fatores justificam essa diferença? Defender uma política pública também significa avaliar custos, resultados e eficiência.

A mesma transparência deve alcançar o orçamento geral da Universidade. Em 2026, a UEMA possui orçamento autorizado superior a R\$ 1 bilhão. Ainda assim, a execução média registrada entre 2023 e 2025 ficou em torno de 53,8% do autorizado. Enquanto isso, convivemos com deficiências de infraestrutura, carência de laboratórios, acervos bibliográficos insuficientes, problemas de manutenção, dificuldades de permanência estudantil e necessidades de pessoal.

A pergunta é inevitável. Por que um orçamento dessa dimensão não se converte plenamente em benefícios para a comunidade? O que depende do Governo? O que decorre da capacidade de planejamento e execução da própria Universidade? Quanto deixou de ser executado? Por quê?

Precisamos igualmente explicar por que a UEMA perdeu sua autonomia administrativa plena e sua capacidade de realizar diretamente licitações, passando a depender de estruturas externas para serviços essenciais de manutenção e outras aquisições. Que consequências isso trouxe para prazos, custos, qualidade dos serviços e autonomia da Universidade? A comunidade tem direito a essas respostas.

Essas questões nos levam a outro princípio essencial, o republicanismo na gestão e no processo eleitoral. Quais critérios justificaram concessões ou alterações de gratificações técnicas em período próximo à eleição? Quais critérios orientaram a aquisição e a distribuição de veículos às unidades nesse mesmo período? Essas decisões estavam previstas em planejamento anterior? Quais unidades foram priorizadas e por quais razões?

A separação entre Administração e campanha precisa ser inequívoca. Veículos, equipamentos, espaços, servidores, canais institucionais e funções públicas não podem ser utilizados em favor de qualquer candidatura. Da mesma forma, considero necessário que todas as chapas informem com transparência a origem dos recursos utilizados em suas campanhas e prestem contas à comunidade sobre sua aplicação.

Se diferentes candidaturas utilizam estruturas, fornecedores ou materiais de campanha com características comuns e atuam de maneira coordenada, é legítimo perguntar quem financia essas ações e quais relações existem entre essas chapas. Transparência é a melhor resposta.

O republicanismo também precisa alcançar as relações hierárquicas. Nenhum gestor ou ocupante de cargo comissionado deve utilizar sua posição para orientar, constranger ou influenciar votos de subordinados, muito menos praticar qualquer forma de assédio contra quem assume posição política divergente. Poder administrativo não pode ser convertido em poder eleitoral.

Precisamos falar claramente sobre o comportamento das candidaturas. Quando duas chapas viajam juntas, pedem votos umas para as outras, orientam seus apoiadores em favor do mesmo resultado e deixam de atuar com autonomia política,

deixam também de representar alternativas reais. Passam a funcionar como instrumentos auxiliares de outro projeto. É isso que a comunidade universitária reconhece como chapas laranjas.

É justamente para elevar o nível da eleição e colocar as propostas no centro da disputa que proponho um debate público, amplo e transmitido para toda a UEMA e para o Maranhão. Coloquemos lado a lado nossos planos, nossas trajetórias e nossos modelos de gestão.

Não subestimemos a inteligência de professores, estudantes e servidores. Nossa comunidade não precisa de cards que invertam fatos ou digam em quem votar, como se lhe faltasse capacidade de compreender a realidade e formar sua própria decisão. Precisa de informação, liberdade e debate.

Também considero importante que cada candidato diga claramente quais valores e convicções políticas orientam sua visão de Universidade. Minha posição se identifica com a social-democracia e o progressismo social. Defendo a Universidade pública, a ciência, os direitos humanos, a inclusão, a redução das desigualdades e as instituições democráticas. Rejeito projetos autoritários e concepções de extrema direita que hostilizam a ciência e a Universidade pública.

Isso não significa transformar a UEMA em instrumento partidário. Significa reconhecer que nenhuma Universidade existe fora da sociedade e da história.

A própria eleição da UEMA não pode desaparecer nas sombras das disputas estaduais e nacionais. Quem pretende governar o Maranhão precisa dizer qual papel reserva à UEMA, à ciência, à inovação e à autonomia universitária. E quem pretende dirigir a UEMA precisa dizer como transformará sua enorme capacidade acadêmica e territorial em desenvolvimento para o Estado.

É sobre isso que esta eleição precisa tratar.

Sobre liberdade e democracia. Sobre autonomia e descentralização. Sobre orçamento e transparência. Sobre valorização dos professores, servidores e colaboradores. Sobre direitos e permanência estudantil. Sobre infraestrutura, qualidade acadêmica, pesquisa e inovação. Sobre republicanismo, prestação de contas e independência das candidaturas. E, principalmente, sobre qual papel a UEMA pretende desempenhar no futuro do Maranhão.

No dia da eleição, que cada estudante, professor e servidor faça sua escolha olhando para os planos, para as trajetórias e para aquilo em que verdadeiramente acredita.

Que ninguém escolha por medo.

Que ninguém escolha para preservar um benefício ou uma função.

Que ninguém entregue a outro o direito de pensar e decidir por si.

Que a UEMA escolha livremente seu futuro, sem cabrestos, sem mordanças e sem qualquer forma de manipulação.

Toda a UEMA. Todo o Maranhão.

31 de agosto de 2026.

Antônio Roberto Coelho Serra
Candidato a Reitor da Universidade Estadual do Maranhão
Chapa 1
i.NOVA UEMA